



PONTO A PONTO

• GOVERNABILIDADE

A avaliação do governo de Lula (PT) segue negativa, com 51% dos eleitores desaprovando a administração e 42% aprovando. Na avaliação do trabalho do presidente, 50% desaprovam seu desempenho pessoal, enquanto 42% aprovam e 8% não souberam responder. Em comparação com o levantamento anterior, a aprovação pessoal oscilou 1 ponto para baixo, enquanto a desaprovação permaneceu estável, segundo pesquisa PoderData/Aya.

• ELEIÇÕES

50% dos eleitores veem possibilidade de interferência estrangeira nas eleições de 2026. Desse total, 32% consideram a eventual interferência um problema, enquanto 18% não a consideram problemática. Outros 43% não veem possibilidade de ação de outros países e 8% não souberam ou não responderam. Entre os eleitores de Lula, 36% veem risco de interferência e consideram isso um problema, 9% veem possibilidade, mas não consideram um problema, e 46% não veem risco. Entre os eleitores de Flávio Bolsonaro, 24% consideram a interferência um problema, 32% não a consideram problemática e 39% não veem possibilidade de intervenção, segundo pesquisa Datafolha.

• ECONOMIA

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 10,8 bilhões em julho de 2026, o terceiro maior resultado nominal para o mês desde o início da série histórica do Tesouro Nacional, em 1997. Apesar do resultado mensal positivo, o acumulado de janeiro a julho apresentou déficit de R\$ 81,3 bilhões, o pior resultado nominal para o período na série. No acumulado do ano, porém, as despesas cresceram 6,2% em termos reais, com alta de R\$ 92,9 bilhões, enquanto as receitas líquidas avançaram 5,9%, ou R\$ 84 bilhões. Em 12 meses até julho, o déficit primário chegou a R\$ 71,6 bilhões, equivalente a 0,55% do PIB, segundo dados do Tesouro Nacional.

• SOCIAL

O mercado de trabalho brasileiro apresentou melhora no trimestre encerrado em julho de 2026, com a taxa de desemprego recuando para 5,3%, ante 5,8% no trimestre anterior e 5,6% um ano antes. A população desocupada caiu para 5,8 milhões, enquanto a população ocupada atingiu o recorde de 103,3 milhões, com 1 milhão de pessoas a mais em relação ao trimestre anterior. A população subutilizada ficou em 14,9 milhões, queda de 5,2%, e a taxa de subutilização recuou para 13%, segundo dados do Pnad Contínua do IBGE.

6x1: Aziz mantém texto, e governo mira aprovação completa



Senador Omar Aziz (PSD-AM) (Foto: Saulo Cruz/Agência Senado)

O senador Omar Aziz apresentou o relatório da PEC 221/2019, que acaba com a escala de trabalho 6x1, mantendo integralmente o texto aprovado pela Câmara e rejeitando as 12 emendas apresentadas por colegas. A manutenção do texto não é detalhe menor, já que evita que a proposta precise voltar para nova votação na Câmara caso seja aprovada pelo Senado, permitindo a promulgação direta assim que os senadores concluírem sua parte do processo.

O texto mantido prevê redução escalonada da jornada, começando pelo teto atual de 44 horas semanais na escala 6x1 nos primeiros 60 dias, caindo depois para 42 horas por um ano, até chegar a 40 horas semanais com jornada diária de até oito horas, configurando a escala 5x2. A votação do parecer na CCJ está marcada para quarta-feira, e a expectativa de Aziz e do presidente da comissão, Otto Alencar, é pautar a matéria ainda durante a semana de esforço concentrado do Senado, entre 31 de agosto e 4 de setembro.

Aprovado na CCJ, o texto segue para dois turnos de votação no plenário do Senado, com possibilidade de quebra de interstício regimental para acelerar o intervalo entre as duas votações e permitir aprovação completa já na semana seguinte. Davi Alcolumbre, porém, ainda trabalha para formar maioria suficiente, já que qualquer PEC exige quórum qualificado de três quintos em cada turno, patamar mais alto do que o necessário para projetos de lei comuns.



TENDÊNCIA: A manutenção integral do texto da Câmara mostra que Alcolumbre priorizou velocidade sobre debate de mérito, apostando que qualquer alteração agora reabriria a tramitação na Casa de origem e inviabilizaria a promulgação antes da eleição. Ainda assim, o desfecho depende da capacidade real de reunir os três quintos dos votos em plenário, o que torna a articulação de bastidores mais determinante que o próprio parecer técnico a ser aprovado na CCJ.

Braga assume relatoria de minerais críticos



Senador Eduardo Braga (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

Davi Alcolumbre confirmou o senador Eduardo Braga como relator do PL 2.780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e cria um conselho para tratar da industrialização do setor. O projeto foi aprovado pela Câmara em maio e ficou parado no Senado desde então. Segundo Alcolumbre, o texto deve ser analisado na próxima semana, dentro do mesmo pacote de prioridades que inclui a PEC da 6x1.

A escolha de Braga não foi óbvia. Ele disputava a relatoria com Nelsinho Trad, mas Alcolumbre optou pelo senador amazonense por seu trânsito direto com a presidência do Senado e histórico de conduzir relatorias consideradas difíceis, casos da reforma tributária e do marco do setor elétrico, além de ter sido ministro de Minas e Energia em 2016. Alcolumbre reconheceu que há divergências dentro do próprio Senado sobre o tema, alimentadas pela tramitação paralela do PL 4.443/2025, que trata de questão semelhante, mas defendeu avançar com o texto já aprovado pela Câmara em vez de esperar a matéria concorrente.

TENDÊNCIA: Colocar minerais críticos e terras raras na mesma semana de esforço concentrado que concentra a votação da PEC da 6x1 mostra a tentativa de Alcolumbre de empacotar entregas de peso antes das eleições. Para Lula, é um tema caro na narrativa de “soberania”.

PEC da Segurança será votada na quarta



Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

Além da PEC da 6x1, Davi Alcolumbre confirmou que o relatório da PEC da Segurança Pública também será apresentado na quarta-feira (2/9) na CCJ do Senado, colocando as duas propostas mais sensíveis da pauta de segurança e trabalho na mesma reunião de comissão. A PEC amplia a atuação de órgãos federais em temas de segurança pública, historicamente concentrados nos estados, e vinha tramitando em ritmo mais lento que o da 6x1 desde que chegou ao Senado em março.

Alcolumbre também anunciou que o PL 278/2026, conhecido como Redata, deve ser votado na semana que vem. Segundo o presidente do Senado, a proposta não avançou antes porque a medida provisória que lhe deu origem chegou à Casa já no último dia de validade, deixando pouco espaço de manobra para tramitação dentro do prazo. O projeto trata de incentivos para a instalação de data centers no país, tema que ganhou relevância com o crescimento da demanda por infraestrutura de inteligência artificial.

TENDÊNCIA: O caso do Redata, perdido por um simples atraso de prazo na chegada da MP original, mostra como parte da lentidão do Congresso não vem de disputa política, mas de problema de calendário que se acumulam justamente no semestre em que a atenção dos parlamentares está mais dividida com a campanha eleitoral.

Comissão da taxa das blusinhas confirma Leila Barros como relatora



Senadora Leila Barros (PDT-DF) (Foto: Carlos Moura/Agência Senado)

A comissão mista que vai analisar a MP 1.357/2026, que zerou o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, formalizou nesta sexta-feira (28), em reunião semi-presencial, os nomes de Reginaldo Lopes (PT-MG) como presidente e da senadora Leila Barros (PDT-DF) como relatora. Teresa Leitão (PT-PE) chegou a ser cotada para a relatoria, assim como Eduardo Braga (MDB-AM), que recusou o convite, mas a escolha final recaiu sobre Leila, também da base do governo no Senado. Na mesma sessão ficou definido o plano de trabalho do colegiado, com o relatório de Leila previsto para ser apresentado a tempo de votação já na terça-feira (1º/9).

A aceleração do calendário, incomum para um Congresso que normalmente não sessiona às sextas em período eleitoral, resultou de um almoço de Lula com Hugo Motta e Davi Alcolumbre no Palácio do Alvorada na quarta-feira (26). Ao lado do presidente, os dois chefes do Legislativo assumiram publicamente o compromisso de aprovar a MP ainda na semana que vem, a última com atividade presencial no Congresso antes do primeiro turno das eleições. A expectativa é concluir a votação na comissão na terça e levar o texto aos plenários de Câmara e Senado na quarta-feira (2/9).

A pressa tem prazo concreto por trás. A MP perde validade em 8 de setembro, e se isso acontecer antes da aprovação, a cobrança de 20% volta a valer automaticamente sobre as compras internacionais. Vale lembrar que a medida zera apenas o imposto federal, mantendo intacta a cobrança de ICMS, tributo estadual que segue incidindo sobre as encomendas independentemente do desfecho no Congresso. Para compras acima de US\$ 50 em sites certificados pelo programa Remessa Conforme, o Imposto

de Importação continua em 60%, com desconto de US\$ 30 sobre o valor do tributo, e a MP ainda deu à Fazenda margem para alterar alíquotas de remessas de até US\$ 3 mil.

A pressa em torno do tema tem explicação eleitoral direta. Passados os primeiros meses de campanha, ficou claro que a PEC da 6x1 dificilmente sairá do campo do discurso a tempo de virar entrega concreta antes de outubro, o que deixou o fim da taxa das blusinhas como a principal vitrine legislativa disponível para o governo mostrar resultado ao eleitor. É também uma pauta de baixo custo político para a oposição, que dificilmente vai bancar publicamente a defesa de um imposto sobre compras do consumidor comum, mesmo que a medida beneficie diretamente o Executivo às vésperas da eleição.

O que fica de fora dessa conta é o efeito sobre a indústria nacional. Um estudo da CNI estima que o fim da taxa das blusinhas coloca em risco 109 mil empregos e R\$ 21,8 bilhões em produção doméstica em 2026, ao ampliar a vantagem de custo de concorrentes chineses que operam sem os mesmos encargos tributários das empresas brasileiras. Lula, Alcolumbre e Motta dificilmente discordariam, em teoria, da importância de proteger a indústria nacional, mas o cálculo eleitoral de curto prazo parece estar pesando mais do que esse compromisso declarado.



TENDÊNCIA: Aprovar o fim da taxa antes de outubro tende a render dividendos eleitorais rápidos ao governo, mas empurra para depois das urnas a conta de um efeito sobre emprego e produção que o próprio Estado já mediu e conhece. O setor produtivo, especialmente o varejista, pressiona pela derrubada da medida, para buscar maior igualdade de tratamento tributário, ainda assim muito assimétrico, prejudicando a indústria brasileira.

Pesquisa Gerp mostra Flávio na frente de Lula por 47% a 42% no 2T



Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência da República (Foto: Mauro Pimentel/AFIP)



A Gerp divulgou nesta semana pesquisa em que Flávio Bolsonaro aparece à frente de Lula numa simulação de segundo turno, com 47% contra 42%, diferença que supera a margem de erro de 2 pontos. Outros 8% dizem que não votariam em nenhum dos dois e 3% não souberam responder. No primeiro turno, o cenário é de empate técnico, com Flávio em 38% e Lula em 37%, distância de apenas 1 ponto dentro da margem. O instituto ouviu 2.400 pessoas entre 21 e 25 de agosto, pesquisa registrada no TSE sob o número BR-03547/2026, contratada pela Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo ao custo de R\$ 20 mil.

O resultado chama atenção por destoar do que outros institutos vinham mostrando nas últimas semanas. Quaest e PoderData, por exemplo, também registraram avanço de Flávio no segundo turno, mas mantendo Lula à frente, ainda que por margem estreita. A Gerp inverte essa ordem e coloca o senador na liderança, o que tanto pode indicar um movimento real de virada nas últimas semanas quanto refletir diferenças metodológicas entre os institutos, natural quando pesquisas de empresas diferentes, com amostras e abordagens distintas, chegam a resultados que não convergem exatamente.

TENDÊNCIA: Vale tratar o resultado da Gerp como mais um dado a acompanhar do que como confirmação isolada de uma virada, até que outras pesquisas da mesma semana repitam o mesmo padrão. Se institutos com metodologias diferentes passarem a mostrar Flávio à frente de forma consistente nas próximas rodadas, aí sim haverá um sinal mais forte de mudança de cenário, mas um resultado isolado, por si só, ainda não permite essa conclusão.

Messias procura Fachin para tentar destravar crise



O AGU, Jorge Messias, e André Mendonça, ministro do STF (Foto: Reprodução)

O advogado-geral da União, Jorge Messias, se reuniu nesta semana com o presidente do STF, Edson Fachin, para tratar da tensão entre o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o ministro André Mendonça. Os dois estão em rota de colisão desde que divergências na condução das investigações sobre o esquema de fraudes no INSS levaram Mendonça a questionar decisões da cúpula da corporação, incluindo mudanças na equipe responsável pelo caso e a forma como a PF vinha reportando os atos de investigação ao STF.

Messias, que além de chefiar a AGU é próximo pessoalmente de Mendonça, se tornou o principal articulador do governo para tentar destravar o impasse, e passou a considerar Fachin peça chave nessa mediação por sua proximidade institucional com o colega de Corte. A expectativa é que a conversa sirva de base para uma reunião direta entre Andrei Rodrigues e Mendonça já na semana que vem, tentativa de reduzir o desgaste antes que a disputa avance para um novo round de decisões judiciais contrárias à cúpula da PF.

TENDÊNCIA: Recorrer a Fachin como intermediário mostra que o governo já esgotou os canais informais de conciliação e recorreu à própria hierarquia do STF para tentar conter um atrito que, se não for resolvido, tende a continuar produzindo decisões pontuais de Mendonça sobre a condução das investigações, num momento em que o Planalto prefere manter o noticiário policial o mais baixo possível durante a reta final da campanha eleitoral.

Em destaque no Ranking

● RANKING DOS POLÍTICOS PROMOVE ATO "CHEGA DE MAIS IMPOSTOS" NO CONGRESSO NACIONAL

Na manhã da quinta-feira (27/08), em frente ao Congresso Nacional, o Ranking dos Políticos promoveu o ato "Chega de Mais Impostos", manifestação voltada a criticar a tributação no Brasil.

Para a ação, foram levadas 37 réplicas de boletos gigantes, associadas às 37 tentativas de aumento de tributos registradas desde 2023. Cada boleto trazia informações sobre a cobrança, o impacto para as empresas e o eventual repasse ao consumidor. A iniciativa teve como objetivo tornar visual o peso da carga tributária sobre empresas e consumidores, além de defender a criação de uma bancada anti-impostos no Congresso Nacional.

● ANR É A NOVA MANTENEDORA DO RANKING DOS POLÍTICOS

A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) é a mais nova mantenedora do **Ranking dos Políticos**. A parceria conecta um dos setores que mais gera empregos no Brasil ao acompanhamento apartidário do trabalho de 513 deputados e 81 senadores. [Seja você também um apoiador.](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputada Any Ortiz (PP-RS)

Any Machado Ortiz nasceu em 19 de outubro de 1983 em Canoas (RS). Formou-se em Direito pela PUC-RS e dedicou-se à advocacia e ao empreendedorismo antes de ingressar na vida pública. Foi vereadora de Porto Alegre e deputada estadual por dois mandatos, sendo a mulher mais votada do RS em 2018. Elegeram-se deputada federal em 2022. Na Câmara, integra as comissões de Indústria, Comércio e Serviços e de Desenvolvimento Econômico, além de atuar como relatora sobre violência obstétrica.

Any Ortiz recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em todos os anos da 57ª Legislatura (2023-2026) pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

- | | |
|---|--|
|  Juan Carlos |  Danylo Shimano |
|  Luan Sperandio |  Daniel Galvêas |
|  Gabriel Jubran |  Victor Ribeiro |

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

